

Memória da Reunião Ordinária do Comitê LGBT/PR – 25/09/2019

No vigésimo quinto dia do mês de setembro de dois mil e dezenove, às 14h00, na sala de reuniões do quinto andar, Ala B. do Palácio das Araucárias, localizada na rua Jacy Loureiro de Campos s/nº, no bairro Centro Cívico, Curitiba-PR, foi realizada a Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná – Comitê LGBT/PR. Fizeram-se presentes nesta reunião, conforme convocação prévia: **Titulares Governamentais:** Ana Raggio (Secretaria de Estado de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU), Paula Kastrup Carneiro Bond (SESP); **Suplentes Governamentais:** Maria Isabel Leprevost (SEED); **Titulares Sociedade Civil:** Lucas Siqueira Dionísio (Grupo Dignidade), Andressa Regina (OAB-PR); **Colaboradores(as)/Convidados(as):** Liza Micelly (Grupo Esperança), Janaína de Oliveira Plasido (Núcleo LGBT – Ministério Público do Paraná), Karollyne Nascimento (Transgrupo Marcela Prado), Ender Love (SUDIS), Liza Marie (DEPEN), Renata Borges (Coletivo Unificar), Fabian Algare da Silva (PDT – Diversidade). A representante da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Ana Raggio, iniciou a reunião, sugerindo, primeiramente, apresentação de sucinta de cada um(a) dos(as) presentes para posterior abordagem da pauta. Ainda esclareceu a natureza do Comitê, de instância técnica da SEJU de acompanhamento da política LGBT no Estado do Paraná, não possuindo assim verbas próprias e esclareceu os procedimentos de elaboração de pauta e calendário de reuniões. Indicou que itens da pauta foram solicitados pelo Toni Reis do Grupo Dignidade, o qual não compareceu nem enviou representante. Assim, optou-se pelo início da reunião sem a abordagem dos referidos itens. **1. Ambulatório do Hospital de clínicas para população trans, Cpatt:** Karollyne informou que alguns dos profissionais que frequentaram a capacitação para participar da equipe interdisciplinar desligaram-se do hospital e que a última informação que se tem é que teve uma proposta para capacitar não médicos que fora negada. À partir disso, foi proposta uma reunião geral que convocará todas as entidades para a discussão do assunto. Liza pontuou que seria necessário notificar o hospital sobre essa questão do desligamento, afinal, houve utilização de recursos para a realização dessas capacitações. Como deliberação, Ana mencionou que serão encaminhados ofícios a SESA e ao HC questionando o início da disponibilidade do processo transexualizador. Para tal, serão realizados alguns questionamentos bem pontuais: quando

iniciam os atendimentos; como está formada a equipe médica para os atendimentos; como está formada a equipe de apoio multidisciplinar; e se todas as capacitações das equipes já foram realizadas. Sobre o CPATT, Ender se prontificou a levar algumas informações na próxima reunião que terá com o Governador, dentre elas, as questões do CPATT, sobre o HC e os Comitês LGBT. Além disso, Karollyne pediu para que Ender informasse sobre as constantes reclamações com relação aos atendimentos e também da falta de representatividade, pois o CPATT só possui atendentes cisgênero. Ender questionou sobre as características desse mal atendimento, que foram exemplificadas pela Karollyne: grosserias, piadas, tratamento pelo nome civil. Maria Isabel pontuou sobre a necessidade das reclamações sobre os atendimentos serem registradas via ouvidoria, assim, é possível verificar junto aos gestores. Sobre o levantamento das entidades/instituições/órgãos que trabalham com a comunidade LGBT, Ender comentou sobre a importância dessas informações, inclusive para as conversas internas da SUDIS. O Levantamento, como pontuado pela Ana, já foi iniciado e replicado a todos seus contatos e grupos, sendo assim, ela frisa a importância de que os demais membros do Comitê também compartilhem o link para que os cadastros sejam realizados. Quanto ao Ministério Público, Janaina comentou que já foram preenchidos os órgãos vinculados a ele. Ana comentou que os ofícios deliberados na reunião passada (Agosto), estão em desenvolvimento, são eles: a reativação do GT LGBT da SESP e a alteração na tipificação dos crimes nos boletins de ocorrência (motivação no boletim), contemplando os crimes contra LGBT's. Ana comentou sobre essa motivação ser descrita como LGBTFobia, assim, contemplando a todas(os). Sobre isso, Liza frisou que seria importante informar especificado o tipo de fobia, pois, como ela comenta, a transfobia é o crime mais cometido, e ao "generalizar" com o termo LGBTFobia, não existirão dados específicos sobre esses crimes. Ana falou que isso poderia ser contemplado informando a identidade de gênero. Janaína concordou que o recorte na motivação seria necessário, pois, tipificação, política pública e motivação do crime são três situações diferentes. Com relação à própria classificação e aplicação da decisão do STF, Janaina comentou que foram elaborados dois ofícios, um ao Comandante Geral da PM e outro ao Diretor Geral da Polícia Civil, questionando a implementação da decisão. Janaina propôs ao Dr. Rafael uma reunião com o comandante geral, e por isso, os ofícios ainda não foram enviados. **2. Comitê de saúde integral na SESA:** Ana pontuou que os assuntos abordados na pauta anterior, como a questão do

ambulatório e o processo transexualizador, deveriam estar sendo discutidos no Comitê de Saúde Integral da SESA, bem como as questões envolvendo a decisão do STF de criminalizar a homofobia, discutidas pelo Grupo de Trabalho da SESP. Porém, nenhum dos dois encontra-se ativo. Esse ponto de pauta foi requisitado pela Karollyne, pois existe uma necessidade da reativação do grupo e, além disso, esse ponto de pauta está diretamente ligado a questão do ambulatório mencionada anteriormente. Ana comentou que na reunião passada, foi deliberado o envio de um ofício pedindo a reativação, contudo, ainda não foi enviado. Karol pontuou novamente sobre o ambulatório, falando da escassez de médicos especializados nas mais diversas áreas.

3. Empregabilidade trans – Informe sobre evento empregabilidade: Conforme apontado pela Ana, desde a provocação feita pela Karollyne com relação a essa temática, várias reuniões vêm sendo realizadas para o desenvolvimento da ação de empregabilidade, já tendo parceiros vinculados ao projeto. A nova etapa será uma Audiência Pública realizada no Ministério Público do Trabalho e o próprio Ministério Público vai convidar empresas para participarem do encontro. Ananda, presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB, organizou uma lista com 40 empresas que serão convidadas, conforme relatado pela Ana. Além disso, Ana realizará uma reunião com o Departamento do Trabalho da SEJUF, verificando com eles quais empresas seriam interessantes para serem convocadas; a SEED será convidada; algumas universidades serão também convocadas, pensando na questão de capacitação; e o CIEE e demais empresas/instituições similares que trabalham com qualificação para empregabilidade. Ana continuou os apontamentos desse evento e informou sobre seu funcionamento: A fala de abertura será realizada pela OAB; As instituições que estão construindo a questão da empregabilidade também terão falas: Karollyne falará sobre a realidade da população trans e a necessidade desse projeto; O Grupo Dignidade discorrerá sobre a realidade da população LGB; Sabrina irá apresentar uma ideia do Fórum Paranaense de Travestis e Transexuais, o qual cederá uma página em seu site para exibir as ofertas das vagas de emprego; Acontecerá também uma apresentação de boas práticas, voltadas a empresas que já promovem a diversidade dentro da sua equipe; E por fim, uma feira de empregabilidade, que tem como objetivo mediar contratações, agindo como uma espécie de projeto piloto. O evento vai acontecer no dia 30 de outubro, no auditório do Ministério Público do Trabalho.

4. Formação continuada – proposta de ementa básica do Grupo Dignidade: Ana

iniciou a discussão do ponto de pauta, pois o Lucas, representante do Grupo Dignidade, ainda não tinha chegado na reunião. Entretanto, ele comentou que enviaria a Ementa no dia posterior à reunião. Ana explicou a proposta, que é uma ementa básica para capacitação de funcionários públicos e pessoas interessadas na temática LGBT, a ideia é que, desenvolvida a ementa, busque-se parceria com Universidades no Estado, tentando um diálogo com Núcleos de Estudos de Gênero ou mesmo Grupos de Estudo específicos das temáticas abordadas na ementa, para que assim seja possível verificar o interesse da Universidade em aplicar essas capacitações. Após verificado o sucesso da capacitação, serão ofertadas capacitações específicas, de acordo com os âmbitos mais necessários para cada realidade, um exemplo citado pela Ana seria no campo da saúde. A ideia é que as regiões tenham autonomia para realizar as capacitações, sendo possível assim criar um diálogo direto entre universidade e as comunidades. Pois, caso as capacitações fossem realizadas em Curitiba, ou, equipes fossem deslocadas até os municípios, além de um custo dispendioso, não seria possível manter esse diálogo frontal. Ao final da fala, Ana reiterou sobre a necessidade de divulgação e preenchimento do formulário das entidades/instituições/órgãos que trabalham com a questão LGBT. **5. Metas e ações do Plano**

LGBT: Ana comentou que como ninguém fez as alterações e sugestões nas tabelas das metas e ações, elas serão realizadas em conjunto nesta reunião. A última Conferência LGBT foi realizada em 2015, sendo o último Plano Estadual realizado em 2013, com validade até 2015. De acordo com a Ana, o Comitê está desde 2017 tentando realizar sua atualização. O Plano desenvolvido é pautado no Poder Executivo. Ana apresentou o documento, sendo ele composto de 9 páginas, com ações sugeridas durante a Conferência. O documento foi aglutinado por temáticas, conforme informado pela Ana. O desenvolvimento do documento foi baseado no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, portanto, existem “objetivos maiores” dentro do plano, assim, serão desenvolvidas ações ao redor dele, buscando alcançá-lo. No modelo da Política da Mulher, existe o Objetivo, seguido das Ações, sendo cada Secretaria responsável pela suas ações dentro de sua “temática”. Tendo isso em vista, com os objetivos e ações desenvolvidas, o Comitê enviará para cada respectiva Secretaria e irá aguardar o aval da mesma. Explanada as ideias do Plano, iniciou-se a discussão sobre seus Objetivos, Metas e Ações. Falou-se sobre a Educação Continuada, que deve garantir que o Estado tenha uma capacitação contínua (formação continuada), sendo um dos Objetivos do Plano que consiste em

instruir o funcionalismo público acerca de identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia. Ademais, questionou-se se cada Secretaria terá condições de executar essas formações. Ana menciona que é impossível que todos os funcionários públicos sejam capacitados anualmente, contudo, o plano estabelecerá um prazo (4 anos) para que as capacitações sejam realizadas. Exemplificando, falou das ações específicas deste grande objetivo: A Secretaria de Justiça (SEJUF) selecionará quais funcionários, de acordo com seus departamentos, serão capacitados ao longo desse prazo. O Comitê, como órgão consultivo – e não deliberativo – irá sugerir a estas Secretarias modos pelas quais as capacitações sejam realizadas. Entretanto, cada Secretaria terá autonomia para definir quais funcionários realizarão as capacitações. Ficando, assim, a critério das próprias Secretarias como se desenrolará a capacitação completa do quadro de funcionários. Ana pontua que fez o detalhamento de cada um dos eixos e, que, agora, os mesmos devem ser lidos e discutidos na reunião. Karollyne iniciou a leitura das Metas e Ações do Plano LGBT. As capacitações serão realizadas nas seguintes áreas: Saúde, Esporte, Turismo, Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Trabalho, Educação, Comunicação Social, Cultura e Segurança Pública. Janaína pontua que a especificação da temática em determinadas ações, pode ser problemática, pois, existe a possibilidade de não contemplar todas as áreas. Ana indica que nem todas as metas e ações serão executadas por todas as áreas citadas, sendo algumas delas, específicas de cada temática. Fabian alerta que é necessário que existam grandes pautas que contemplem todas as áreas. Ana afirma que está construído dessa forma. Ana questiona para os presentes se alguma área não foi contemplada. A área de Administração foi adicionada, assim como a Socioeducação e Ensino Superior. Com relação à transversalidade das áreas, elas ficaram as seguintes: Mulheres, População em Situação de Rua, População Negra, Migrantes, Refugiados, Apátridas, Indígenas, Comunidades Tradicionais, Pessoa com Deficiência, Pessoa Idosa e Juventude. Após essas discussões, Ana deu continuidade a leitura das metas e ações. Com relação à saúde, foi substituída a nomenclatura “ambulatórios” por “Implantar e ampliar atendimento ambulatorial e hospitalar”. A ação “Retomar o Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT”, por se tratar de uma ação muito pontual, não caberia dentro do plano, como acordado pelo Comitê. O ponto, “Inserir a temática LGBT nos editais de produção cultural já existentes no Estado, com vistas a possibilitar a realização de eventos culturais, feiras e mostras anuais que promovam as

diversidades”, foi removido por ser papel da Comissão de Cultura, portanto, não caberia no plano. Devido ao tempo, Ana sugere que seja agendada uma reunião extraordinária para debater exclusivamente o Plano Estadual. O Comitê concorda. A Reunião ficou agendada para o dia 07 de outubro, no período da tarde, das 14h às 18h. A reunião se deu por encerrada. A presente ata foi redigida por Matheus Petris e corrigida pela servidora Ana Raggio.